

ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA.

CNPJ: 03.119.806/0001-91

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	19.176	24.741
Contas a receber de clientes	7	26.851	26.014
Estoques		3.703	3.640
Despesas antecipadas		760	536
Créditos com partes relacionadas	20	185	78
Tributos a recuperar	8	199	15
Outros ativos		586	841
		51.460	55.865
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	9	2.572	2.283
Contas a receber de clientes	7	978	-
Depósitos judiciais		64	36
Tributos a recuperar	8	26	18
Ativo de direito de uso	10	1.331	493
Imobilizado	11	1.401	1.267
Ativo de contrato	12	102.684	71.693
Intangível	13	146.897	132.729
		255.953	208.519
Total do ativo		307.413	264.384
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	14	7.087	2.316
Empréstimos e financiamentos	15	5.919	5.779
Passivos de arrendamento	15	887	354
Notas comerciais escriturais	16	15.834	16.217
Obrigações tributárias	17	1.581	2.007
Obrigações trabalhistas		6.129	3.956
Ônus da concessão		363	313
Débitos com partes relacionadas	20	1.236	1.187
Obrigações com sócios	20	9.283	18.280
Outras obrigações		2.468	2.605
		51.117	51.014
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	92.429	70.076
Passivos de arrendamento	15	572	224
Notas comerciais escriturais	16	7.141	21.393
Obrigações tributárias	17	130	130
Tributos diferidos	18	1.993	1.307
Provisões para contingências	19	1.102	846
		103.367	94.076
Patrimônio líquido	21	44.000	44.000
Capital social		108.929	75.294
Lucro acumulado		152.929	119.294
		307.413	264.384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	22	205.384	172.808
Custo dos serviços prestados	23	(109.743)	(89.765)
Lucro bruto		95.641	83.043
Despesas (despesas) operacionais		(42.824)	(36.278)
Despesas gerais e administrativas	24	1.071	371
Outras receitas operacionais		(41.753)	(35.907)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		53.888	47.136
Receita (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	25	5.650	4.666
Despesas financeiras	25	(9.710)	(11.338)
Resultado financeiro, líquido		(4.060)	(6.672)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		49.828	40.464
Imposto de renda e contribuição social - corrente	18b	(15.507)	(10.148)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18b	(686)	(58)
Lucro líquido do exercício		33.635	30.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício		33.635	30.258
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		33.635	30.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
	Capital social	Lucro acumulado	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2024	44.000	51.274	95.274
Lucro líquido do exercício	-	30.258	30.258
Juros sobre o capital próprio	-	(6.238)	(6.238)
Saldos 1º de janeiro de 2025	44.000	75.294	119.294
Lucro do líquido do exercício	-	33.635	33.635
Saldos 31 de dezembro de 2025	44.000	108.929	152.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
	31/12/2025	31/12/2024	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		49.828	40.464
Ajustes para conciliar o lucro antes dos impostos ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	12.199	12.450	
Juros sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos e amortização de custos de transação sobre empréstimos e financiamentos	4.352	5.317	
Juros sobre notas comerciais escriturais e amortização de custos de transação sobre notas comerciais escriturais	4.223	5.382	
Ganho com operações de swap	(110)	8	
Variações monetárias	376	3	
Atualização monetária das contingências	116	(362)	
Provisão para perdas esperadas de crédito esperadas para contas a receber	2.418	1.571	
Provisões (reversões) de contingências	40	(323)	
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	(37)	(1)	
Perda com derivativos	-	106	
Resultado na baixa de arrendamento	-	(17)	
Variações no ativo e passivo			
Contas a receber de clientes	(4.233)	(1.700)	
Estoques	(3)	(2.675)	
Depósitos judiciais	(28)	3	
Tributos a recuperar	(970)	133	
Despesas antecipadas	(224)	(173)	
Outros ativos	255	(672)	
Aplicações financeiras - vinculadas	(289)	(510)	
Fornecedores	4.771	346	
Ônus da concessão	50	9	
Obrigações tributárias	(48)	(843)	
Obrigações trabalhistas	2.173	1.019	
Partes relacionadas, líquidas	(58)	385	
Outras obrigações	(152)	1.229	
	74.699	61.036	
Imposto de renda e contribuição social pagas	(15.107)	(10.145)	
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.804)	(4.568)	
Pagamentos de juros sobre arrendamentos	(237)	(100)	
Pagamentos de juros sobre notas comerciais escriturais	(4.572)	(6.309)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	48.978	39.914	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao imobilizado	(400)	(327)	
Adições ao ativo de contrato e intangível	(50.939)	(27.815)	
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	44	34	
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(51.295)	(28.108)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(6.652)	-	
Captações de empréstimos e financiamentos	24.401	21.206	
Pagamentos dos arrendamentos	(843)	(732)	
Pagamentos das notas comerciais escriturais	(14.286)	(14.286)	
Pagamentos dos empréstimos e financiamentos	(5.869)	(12.644)	
Derivativos recebidos	-	93	
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	(3.249)	(6.363)	
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	(5.565)	5.443	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.741	19.298	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19.176	24.741	

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Águas de Nova Friburgo Ltda. (a "Concessionária"), sociedade limitada, com sede localizada à Rua Antônio Mário de Azevedo, nº 417, Duas Pedras, no Município de Nova Friburgo – RJ – Brasil, controlada pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma Sociedade de Propósito Específico de concessão entre a Prefeitura do Município de Nova Friburgo (o "Concedente") e a Águas de Nova Friburgo Ltda., através do Contrato de Concessão celebrado conforme a Licitação nº 002/98, promovido pelo Concedente, em 1998, com prazo de 25 anos, prorrogáveis contados da emissão da ordem de serviço inicial do contrato, que foi em 1º de julho de 1999, tendo o presente contrato a previsão de término para 1º de julho de 2024. Em 21 de julho de 2010 e em 13 de janeiro de 2025 foram assinados aditivos para prorrogação do contrato de concessão por mais 180 e 120 meses, respectivamente, fazendo com que o término do contrato passasse para julho de 2049. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período da concessão. O presente contrato de concessão possui cláusula de outorga, sendo está um percentual aplicado sobre a arrecadação bruta oriunda do fornecimento de água tratada e coleta e tratamento de esgoto, além da taxa para custeio com a regulação dos serviços concedidos. Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os

serviços concedidos, serão revertidas automaticamente para a Prefeitura de Nova Friburgo. **Reforma tributária:** Em 2025, a reforma tributária sobre o valor agregado foi regulamentada por meio da Lei Complementar nº 214/2025 ("Reforma"), prevendo a substituição de tributos como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI pelos tributos Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS") e imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"). O objetivo é simplificar o sistema tributário brasileiro e aumentar a eficiência operacional e o grau de transparência na cadeia de circulação de bens e serviços. O período de transição para a nova metodologia de tributação ocorre entre 2026 e 2032, com elevação gradual até alcançar a alíquota plena em 2033, não havendo incidência, no primeiro ano de transição, dos novos tributos implementados pela reforma. A Concessionária permanece acompanhando de forma contínua os desdobramentos regulatórios e operacionais decorrentes da Reforma, incluindo avaliação de impactos futuros em sua operação e créditos tributários. Adicionalmente, a Concessionária está realizando revisões em seus sistemas e processos internos para garantir a conformidade com os novos requisitos legais. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07 (R1) na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 20 março de 2026, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Concessionária. **3. Políticas contábeis principais:** **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.3. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), se houver. O custo de aquisição ou construção do imobilizado é determinado pelo contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro para o grupo ou para o vendedor é esperado. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculada como sendo a diferença entre o valor líquido recebido pelo grupo e o custo de aquisição) é reconhecida no resultado. O exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes: Equipamentos de informática 5 anos Veículos 5 anos Máquinas e equipamentos 10 anos Móveis e utensílios 5 anos Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada ano e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.4. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obra e os custos de desempenho vinculados à construção sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. **3.5. Intangível:** (a) Sistema de água e esgoto: A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCP 05 desse mesmo Comitê (OCP 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando o ativo está disponível para uso, em seu local e em condições necessárias para que seja capaz de gerar a forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorre primeiro. (b) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.6. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: **Ativos financeiros - custo amortizado:** São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses ativos incluem: (i) instrumentos financeiros que são reconhecidos ao custo amortizado de principal e juros; **Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado:** São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. **Ativos financeiros - mensuração inicial:** No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo no momento de reconhecimento. **Ativos financeiros - Custo amortizado:** Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. **Valor justo por meio do resultado:** Os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Passivos financeiros - reconhecimento inicial:** Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja instrumento financeiro, mais ou menos, o custo de transação que não se atribui diretamente à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamentos, notas comerciais escriturais, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. **Passivos financeiros - mensuração subsequente:** **Custo amortizado:** são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. **Valor justo por meio do resultado:** são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros:** Um ativo financeiro (ou quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar, e o passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos a liquidar os passivos simultaneamente. **3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foi identificado nenhum evento indicando não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. **3.8. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são

capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **3.9. Tributos: Imposto de renda e contribuição social correntes:** A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baseado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **Tributos sobre as receitas:** As receitas de serviços estão sujeitas à Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, à alíquota de 1,65% e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, à alíquota de 7,60%. Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados devedoramente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados devedoramente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. **3.10. Provisões: Geral:** São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. **Provisões para riscos-chave e trabalhistas:** A Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.11. Receita operacional:** **i) Receita de prestação de serviços:** Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas são reconhecidas quando os serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. **ii) Receitas de construção:** A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é reconhecida pelo custo estimado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. **3.12. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multas vinculadas a operação e ganhos com derivativos. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros e variação monetária com juros capitalizados, juros sobre empréstimos, juros sobre arrendamentos, variação monetária sobre contingências, tributos sobre operações financeiras, descontos concedidos e perdas com derivativos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido. **3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** A Concessionária aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Concessionária decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. **Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** O CPC emitiu a revisão de pronunciamentos técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no CPC 02 (R2) e no CPC 37 (R1). Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o CPC emitiu alterações ao CPC 18 (R3) e à interpretação técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MCP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações financeiras separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das refer

ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA.

CNPJ: 03.119.806/0001-91

sua Orientação para Implementação da IFRS 7; (iii) IFRS 9 – Instrumentos financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos financeiros); (iv) IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas); e (v) IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de Caixa). Em decorrência das alterações citadas, o CPC deverá refletir tais mudanças em futuras revisões nos respectivos pronunciamentos. Os efeitos terão início em ou pós 1º janeiro de 2026. Não são esperados impactos materiais nas demonstrações financeiras em decorrência das alterações. Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais: As alterações somente se aplicam a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos;
- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos;
- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Tais alterações terão início em ou pós 1º janeiro de 2026, sendo sua adoção antecipada permitida desde que divulgada. Em convergência com as normas internacionais, o CPC deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 e do CPC 40 (R1). Tais alterações, a princípio, não trazem impacto material sobre as demonstrações financeiras da Concessionária. No entanto, a Concessionária continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará, após as revisões emitidas pelo CPC, a necessidade de atualização de suas políticas e ou processos.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em exercícios futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. **Estimativas e premissas contábeis:** As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: a) *Vida útil dos ativos intangíveis:* Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária. b) *Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:* A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. c) *Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber:* A Concessionária registra as perdas de crédito esperadas de contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. A avaliação da Concessionária acredita que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes. d) *Receita não faturada:* As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.11 e 7. **5. Gestão de riscos financeiros:** 5.1. **Instrumentos financeiros por categoria:** A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são como segue:

Hierar. da classificação por categoria	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	18.834	18.834	24.679	24.679
Contas a receber de clientes	27.829	27.819	26.014	26.014
Aplicações financeiras vinculadas	2.572	2.572	2.283	2.283
Créditos com partes relacionadas	185	185	78	78
Passivos financeiros				
Fornecedores	7.087	7.087	2.316	2.316
Empréstimos e financiamentos	98.348	88.880	75.855	75.855
Passivos de arrendamento	1.459	1.459	578	578
Notas comerciais estruturais	22.975	21.030	37.610	37.610
Ônus da concessão	363	363	313	313
Débitos com partes relacionadas	1.236	1.236	1.187	1.187

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária. Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 para esses ativos e passivos. **5.2. Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. **Risco de taxas de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerar as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos e notas comerciais escriturais em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). O Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA") e da Taxa Referencial ("TR"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos e notas comerciais escriturais, utilizou as projeções do CDI, IPCA e TR para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica Focus, do Banco Central do Brasil e do Banco Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros; a data das demonstrações financeiras. Os cenários 2 e 3 correspondem a uma alteração positiva e negativa de 25% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir: As efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco contábil	Cenário I 25%		Cenário II 50%	
		Valor um ano	Entre um e dois anos	Valor um ano	Entre um e dois anos
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	18.834	21.213	20.618	21.808
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	2.572	2.897	2.816	2.978
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(74.208)	(77.184)	(76.442)	(77.926)
Empréstimos e financiamentos	TR	(27.076)	(27.620)	(27.485)	(27.756)
Notas comerciais escriturais	CDI	(23.011)	(25.917)	(25.190)	(26.644)
Passivo líquido		(102.889)	(106.611)	(105.683)	(107.540)
Efeito líquido		(3.722)	(2.794)	(4.651)	(5.130)
CDI (a.a.)		12,63%			
IPCA (a.a.)		4,01%			
TR (a.a.)		2,01%			

5.3. Risco de liquidez: É o risco de que a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas incalculáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos aos empréstimos e financiamentos e notas comerciais escriturais, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores não descontados):

Operação	2025		2024	
	Valor contábil	Entre um e dois anos	Valor contábil	Entre um e dois anos
Em 31 de dezembro de 2025				
Fornecedores	7.087	7.087	-	-
Empréstimos e financiamentos	101.284	6.261	5.965	89.058
Passivos de arrendamento	1.459	887	566	-
Notas comerciais estruturais	23.011	15.688	7.143	-
Ônus da concessão	363	363	-	-
Débitos com partes relacionadas	1.236	1.236	-	-
	134.440	31.702	13.674	89.064
	Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	2.316	2.316	-	-
Empréstimos e financiamentos	76.767	5.890	5.730	65.1
Passivos de arrendamento	578	354	224	-
Notas comerciais estruturais	37.721	16.292	14.286	7.143
Ônus da concessão	313	313	-	-
Débitos com partes relacionadas	1.187	1.187	-	-
	118.892	26.352	20.240	72.290

5.4. Gestão de capital: Os objetivos da Concessionária em administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamen-

to de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, emitir novas quotas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento e notas comerciais escriturais, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim sumarizados:

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	98.348	75.855
Passivos de arrendamento (Nota 15)	1.459	578
Notas comerciais escriturais (Nota 16)	22.975	37.610
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(19.176)	(24.741)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (Nota 9)	(101.034)	(87.019)
Dívida líquida (a)	152.929	119.294
Total do patrimônio líquido (b)	253.963	206.313
Total do capital (a+b)	39.78%	42,18%

6. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e bancos
Aplicações financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	342	62
Aplicações financeiras	18.834	24.679
	19.176	24.741

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com remuneração relacionada à média ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de aproximadamente 99,99% do CDI (101,1% em 2024).

7. Contas a receber de clientes
Clientes (a)
Clientes - parcelamento (b)
Pontos arrecadadores (c)
Perdas de créditos esperadas das contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes (a)	49.571	45.580
Clientes - parcelamento (b)	3.148	2.841
Pontos arrecadadores (c)	873	938
Perdas de créditos esperadas das contas a receber	(25.763)	(23.345)
	27.829	26.014
	26.851	26.014
	978	-

Ativo circulante
Ativo não circulante

(a) Refere-se ao saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos e ainda não faturados (ajuste por competência). (b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) Agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O aging list das contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	16.923	15.278
Não faturado	8.870	7.840
Vencidas		
Até 30 dias	2.145	2.167
De 31 a 60 dias	790	779
De 61 a 90 dias	301	404
De 91 a 180 dias	1.078	1.133
Mais de 180 dias	23.485	21.758
	53.592	49.359

Abaixo apresentamos a movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(23.345)	(21.774)
(+) Constituições	(2.418)	(1.571)
Saldo final	(25.763)	(23.345)

8. Tributos a recuperar: Os impostos e contribuições a recuperar estão assim representados:

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ	211	18
PIS	3	5
COFINS	11	12
	225	35
Ativo circulante	199	15
Ativo não circulante	26	18

9. Aplicações financeiras vinculadas: O montante de R\$ 2.572 (R\$ 2.283 em 2024), corresponde à obrigação da Concessionária constante no Contrato de Financiamento na modalidade FINEM, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, onde a Concessionária se obriga, como garantia do pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a constituir uma conta reserva com saldo não inferior ao montante equivalente à soma das prestações de amortizações do principal e juros da dívida, vencíveis nos três meses imediatamente subsequentes.

10. Ativo de direito de uso

	31/12/2025	31/12/2024			
Faturado	Amorti- zação acu- mulada	Valor liqui- do	Cus- to	Amorti- zação acu- mulada	Valor liqui- do
	2.625	(1.294)	1.331	960	(467)
Imóveis	2.625	(1.294)	1.331	960	(467)

Movimentação do ativo de direito de uso

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Amortização	Remensuração	Saldos em 31/12/2025
Imóveis	493	1.717	(874)	(5)	1.331
	493	1.717	(874)	(5)	1.331

Saldos em 31/12/2023

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Amortização	Baixas	Saldos em 31/12/2024
Imóveis	603	644	(682)	(72)	493
	603	644	(682)	(72)	493

11. Imobilizado

	Taxa de depreciação anual	31/12/2025	31/12/2024
Equipamentos de informática	20%	2.871	(2.124)
Veículos	20%	1.219	(1.101)
Máquinas e equipamentos	10%	221	(107)
Móveis e utensílios	10%	1.004	(582)
Outros		109	(109)
		5.424	(4.023)

Movimentação do imobilizado

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Depre- ciação	Bai- sas	Reclas- sifica- ção	Saldos em 31/12/2025
Equipamentos de informática	623	300	(214)	(5)	43	747
Veículos	136	20	(38)	-	-	118
Máquinas e equipamentos	85	46	(17)	-	-	114
Móveis e utensílios	423	34	(62)	-	27	422
	1.267	400	(331)	(5)	70	1.401

12. Ativo de contrato

	Saldos em 31/12/2024	Adi- ções	Transfe- rências	Reclasi- ficação	Saldos em 31/12/2025
Infraestrutura em construção	7.693	55.806	(24.745)	(70)	102.884
	7.693	55.806	(24.745)	(70)	102.884
Infraestrutura em construção	61.578	29.846	(19.610)	(121)	71.693
	61.578	29.846	(19.610)	(121)	71.693

13. Intangível

	Taxa de amortização anual	31/12/2025	31/12/2024
Softwares e aplicativos	20%	593	(635)
Desenvolvimento de projetos		258	(60)
Concessão/Infraestrutura		254.748	(108.072)
		255.664	(108.767)

Os valores reconhecidos na linha Concessão/Infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2025 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2025	31/12/2024
Captação	398	(113)
Auditoras	7.744	(3.151)
Estação de Tratamento de Água - ETA Reservatório	30.093	(6.869)
Booster	4.849	(2.177)
Elevatória de água	235	(61)
Substituição/Expansão de rede de água	66.220	(29.002)
Ligação de água	6.858	(2.097)
Ligação de esgoto	11.573	(4.038)
Substituição/Expansão de rede de esgoto	39.420	(21.004)
Elevatória - esgoto	9.113	(3.632)
Estação de Tratamento de Esgoto - ETE	44.155	(16.509)
Benefitárias em imóveis de terceiros	6.132	(1.364)
Máquinas e equipamentos	26.358	(17.748)
Máquinas e equipamentos arrendados	1.364	(1.282)
	254.748	(108.072)

Movimentação do intangível:

	Saldos em 31/12/2024	Adi- ções	Bai- zas	Amorti- zação	Transfe- rências	Saldos em 31/12/2025
Softwares e aplicativos	10	-	-	(7)	-	23
Desenvolvimento de projetos	-	198	-	-	-	198
Concessão/Infraestrutura	132.719	221	(2)	(10.987)	24.725	146.676
	132.729	419	(2)	(10.994)	24.745	146.897

	Saldos em 31/12/2023	Adi- ções	Bai- zas	Amorti- zação	Transfe- rências	Saldos em 31/12/2024
Softwares e aplicativos	15	-	-	(5)	-	10
Concessão/Infraestrutura	124.205	402	(33)	(11.465)	19.610	132.719
	124.220	402	(33)	(11.470)	19.610	132.729

14. Fornecedores: Os fornecedores estão assim representados:

	31/12/2025	31/12/2024
Mercadoria	612	505
Serviços	3.223	29
Infraestrutura	2	

ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA.

CNPJ: 03.119.806/0001-91

PRONON (Lei nº 12715/2012)	53	33	e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.			Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(883)	(855)
Incentivo desportivo (Lei nº 11.438/06 - art. 3)	75	70	Resumo das transações com partes relacionadas	31/12/2025	31/12/2024	Serviços de terceiros	(14.571)	(13.614)
Fundo da Infância e da Adolescência (Decreto nº 9.580/2018)	54	35	Ativo circulante:			Despesas com contencioso	(647)	(513)
Outros ajustes	-	1.026	Créditos com partes relacionadas (a)			Impostos, encargos, taxas e contribuições	(153)	(141)
Total do imposto de renda e da contribuição social	(16.193)	(10.206)	Rio+ Saneamento BL3 S.A.	-	2	Depreciações e amortizações	(992)	(854)
Alíquota efetiva	32%	25%	Águas de Imperatriz S.A.	4	-	Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber	(2.418)	(1.571)
19. Provisões para contingências: As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões estão assim demonstradas:			Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	181	76	Reversão (provisão) de contingências	(40)	323
	31/12/2025	31/12/2024	Total do ativo circulante	185	78	Outras	(7.211)	(5.068)
Trabalhistas	69	47	Passivo circulante:				(42.824)	(36.278)
Cíveis	1.013	899	Obrigações com a sócia Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.			25. Resultado financeiro	31/12/2025	31/12/2024
Tributárias	20	-	Distribuição de lucros	9.628	9.628	Receitas financeiras		
	1.102	946	Juros sobre o capital próprio	-	6.652	Rendimentos com aplicações financeiras	4.111	2.531
			Total do passivo circulante	9.628	16.280	PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(276)	(227)
Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Concessionária possui processos judiciais e administrativos, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:			Despesas			Juros e multas vinculadas à operação	1.781	1.676
	31/12/2025	31/12/2024	Contrato de gestão (Management Fee) (a)			Variações monetárias sobre outros ativos	8	255
Cíveis	73.206	76.404	Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	(7.845)	(7.286)	Ganhos com operações de swap	-	113
Trabalhistas	1.560	426	(a) Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (Management Fee) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. 21. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social realizado é de R\$ 44.000 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 44.000 em 2024) e está representado por 44.000.000 (quarenta e quatro milhões) de quotas, no valor de um real cada uma.			Ganho com derivativos	-	5
Tributárias	940	923	22. Receita líquida			Outras	26	313
	75.706	77.753	Receita de prestação de serviços	175.545	156.267	Despesas financeiras	5.650	4.666
a) Cíveis: As ações judiciais de natureza cível têm os seguintes objetos: (i) consumo, totalizando R\$ 19.433 (R\$ 18.049 em 2024) (ii) falta de abastecimento, totalizando R\$ 1.100 (R\$ 1.422 em 2024); (iii) serviços água e serviços esgoto (vazamentos, obstrução, refluxo), totalizando R\$ 5.568 (R\$ 5.386 em 2024); (iv) serviços comerciais, totalizando R\$ 1.106 (R\$ 9.226 em 2024); (v) responsabilidade civil, totalizando R\$ 21.578 (R\$ 20.764 em 2024); (vi) cobrança, totalizando R\$ 1.365 (R\$ 1.323 em 2024); (vii) anulação procedimento licitatório totalizando R\$ 8.208 (R\$ 7.616 em 2024); e (viii) outros, totalizando R\$ 14.848 (R\$ 12.618 em 2024). b) Trabalhistas: Processo nº 0100174-13.2025.5.01.0511: Trata-se de ação trabalhista em que o prestador de serviços sofreu acidente de trabalho e pede (i) responsabilidade subsidiária da Águas de Nova Friburgo Ltda, (ii) o pagamento de pensionamento vitalício pela perda da capacidade laborativa e constituição de capital garantidor, (iii) danos morais no valor de R\$ 90 e (iv) honorários advocatícios. O autor atribuiu à causa o valor de R\$ 742, que atualizado em dezembro de 2025 estima-se em R\$ 833. Foi realizada perícia médica, que constatou a incapacidade do autor. Embora o laudo tenha sido impugnado, o perito manteve o seu entendimento. Foi realizada a audiência de instrução, sendo ouvidas as partes e testemunhas. Estamos aguardando a sentença. 20. Partes relacionadas: Remuneração de pessoal chave da Administração: Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram pagos pela Concessionária o montante total de R\$ 1.240 (R\$ 1.116 em 2024). Abaixo os valores estão segregados por natureza:			Receita de construção	53.290	32.543	Juros com empréstimos e financiamentos	(7.978)	(10.118)
	31/12/2025	31/12/2024	Cancelamentos	(1.958)	(899)	Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(376)	(8)
Remuneração	919	813	Receita Bruta	226.877	187.911	Atualização monetária das contingências	(116)	362
Encargos sociais	243	229	Deduções da receita bruta:			Tributos sobre operações financeiras	(17)	(415)
Plano de saúde	38	35	PIS e COFINS sobre serviços prestados	(15.633)	(14.323)	Descontos concedidos	(399)	(309)
Plano de previdência privada	28	27	Descontos concedidos	(5.860)	(780)	Perdas com operações de swap	-	(3)
Outros	12	12	Receita líquida	205.384	172.808	Perda com derivativos	-	(111)
	1.240	1.116	23. Custos dos serviços prestados	31/12/2025	31/12/2024	Comissão e escrituração	(97)	(42)
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo);			Taxas de recursos hídricos e ambientais	(1.522)	(1.345)	Outras	(481)	(602)
			Ônus da concessão	(3.950)	(3.583)		(9.710)	(11.338)
			Energia elétrica	(9.680)	(8.935)		(4.060)	(6.672)
			Custo de construção	(53.290)	(32.543)			
			Materiais aplicados nos serviços	(4.534)	(5.195)			
			Salários e benefícios a empregados	(19.269)	(18.977)			
			Utilização de imóveis e telefonia	(245)	(453)			
			Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(4.141)	(4.527)			
			Serviços de terceiros	(2.529)	(3.192)			
			Depreciações e amortizações	(10.381)	(10.737)			
			Outros	(202)	(278)			
				(109.743)	(89.765)			
			24. Despesas gerais e administrativas	31/12/2025	31/12/2024			
			Salários e benefícios a empregados	(15.461)	(13.595)			
			Utilização de imóveis e telefonia	(448)	(390)			

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos quotistas da Águas de Nova Friburgo Ltda. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Nova Friburgo Ltda. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 20 de março de 2026. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F; Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O

Danielle Silva de Souza Moreira - Diretor
Carlos Eduardo Tavares de Castro - Diretor
Isadora Viceconti Goulart - Contadora
CPF : 126.378.247-78 - CRC/RJ- 138372/O-8



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>